

39º Encontro Anual da Anpocs

**SPG 17 – Potências tradicionais, potências emergentes e a ordem mundial
contemporânea: dilemas, tensões e possibilidades**

**A cooperação brasileira para o desenvolvimento como instrumento de política
externa**

Autor: Laerte Apolinário Júnior

Orientação: Profa. Dra. Janina Onuki

**São Paulo
2015**

Projeto de pesquisa
A cooperação brasileira para o desenvolvimento como instrumento de política
externa

Laerte Apolinário Júnior*

Resumo: O objetivo dessa pesquisa consiste em analisar o desenvolvimento da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) realizada pelo Brasil no contexto da Cooperação Sul-Sul (CSS), avaliando sua efetividade como instrumento de política externa. Esse estudo buscará averiguar quais as motivações da CID brasileira, identificando os determinantes para sua alocação. Partindo da literatura que analisa como os países utilizam ajuda externa para perseguir objetivos políticos e econômicos, será testada a hipótese de que, para além do discurso de solidariedade, o Brasil almejaria benefícios concretos com essas iniciativas. Para tanto, será analisada a relação entre o fornecimento de ajuda e o volume de investimento estrangeiro direto e fluxos de comércio do Brasil com os países beneficiados; e a posição desses países frente ao Brasil em arenas internacionais como a Assembleia Geral das Nações Unidas e instâncias de governança de instituições econômicas internacionais como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio.

1. Introdução

Esta pesquisa tem como objeto as iniciativas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) realizadas pelo Brasil no contexto da Cooperação Sul-Sul (CSS)¹, em especial, entre os anos de 2003 a 2010, correspondentes aos dois mandatos do ex-

* Doutorando em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (DCP-USP). Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP). Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Pesquisador do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI – USP).

¹O conceito de CSS não é consensual e pode fazer referência a diferentes relações entre países em desenvolvimento. O conceito de CSS é utilizado, de modo geral, para designar um amplo conjunto de fenômenos relativos às relações entre países em desenvolvimento, nesse sentido, a expressão CSS alude às políticas de concertação, diálogo e aproximação entre países do Sul, tanto no nível bilateral quanto no nível multilateral. No entanto, o termo também pode ser usado para designar uma modalidade mais específica de CID, fazendo alusão às ações realizadas por um governo com o intuito de promover o desenvolvimento econômico em países subdesenvolvidos, considerando-se também, além da assistência técnica,

presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse período, as relações Sul-Sul passaram a ser prioridade na agenda da política externa brasileira, havendo um aumento significativo no número de acordos de cooperação firmados pelo Brasil com países em desenvolvimento²
3.

Buscar-se-á identificar as motivações que levam um país emergente como o Brasil a fornecer ajuda externa, de modo que a principal pergunta de pesquisa a ser respondida é: quais são os objetivos da política de CID realizada pelo Brasil? Para tanto, primeiramente será realizada uma discussão conceitual acerca do conceito de CID, indicando suas diversas modalidades de acordo com a origem, instrumentos e características dos países receptores.

Em seguida, será realizada uma análise descritiva da evolução histórica da cooperação recebida e fornecida pelo Brasil, evidenciando as principais diretrizes de política externa brasileira em determinados momentos históricos. Também será analisado como a estrutura institucional brasileira impacta na execução da CID, evidenciando o papel das diferentes agências nacionais e dos atores privados na execução dos projetos. Por fim, serão analisados quais os determinantes para a alocação da CID brasileira.

Partindo da literatura que analisa como os países utilizam ajuda externa para perseguir objetivos políticos e econômicos, serão testadas as hipóteses de que o Brasil buscaria objetivos de política externa com sua política de cooperação. Para tanto, será analisada a relação entre o fornecimento de ajuda e o volume de investimento estrangeiro direto e dos fluxos de comércio do Brasil com os países beneficiados; e com a posição desses países em relação ao Brasil em arenas internacionais como a Assembleia Geral das Nações Unidas e instâncias de governança das instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio.

empréstimos e doações. Por razões substantivas e metodológicas, esse estudo utilizará essa concepção mais estreita de CSS, usando os termos ajuda externa e CID para se referir ao mesmo fenômeno.

² Apenas em 2010, os gastos com a cooperação brasileira totalizaram R\$1,6 bilhão. Deste total, R\$ 965 milhões (66,3%) correspondem a gastos com a cooperação multilateral e R\$ 491 milhões (33,7%) com a cooperação bilateral. No que se refere aos gastos com a cooperação bilateral, R\$ 195 milhões foram vinculados às ações na América Latina e Caribe, correspondendo a 68,06% do total de dispêndios; R\$ 65 milhões (22,58%) destinaram-se a ações em países da África; R\$ 6 milhões (2,04%) asseguraram a cooperação com países da Ásia e Oriente Médio; R\$ 11 milhões (4,02%) com países da Europa; R\$ 3 milhões (1,05%) com países da América do Norte; e R\$ 6 milhões com a Oceania (incluindo-se o Timor-Leste), que correspondem a 2,25% do total. IPEA, 2010.

³ HIRST, 2010; LIMA, 2010; SOARES, 2010; MILANI, 2010; OLIVEIRA e ONUKI, 2012

Embora esse estudo adote como escopo a ajuda externa fornecida pelo Brasil, em especial, no período posterior a 2003, vale destacar que a Cooperação para o Desenvolvimento não é uma novidade dessa administração. O Brasil não ficou de fora dos movimentos globais em relação a CID, passando de receptor para um doador expressivo ao longo das últimas décadas⁴.

Entretanto, é a partir do governo Lula que a CSS ganha maior ênfase sendo percebida e admitida com maior nitidez como instrumento de política externa brasileira. A partir de 2003, reforça-se a estratégia de inserção do país por meio da promoção de alianças e acordos com parceiros do Sul na tentativa de reduzir as assimetrias nas relações com os países desenvolvidos e aumentar a capacidade de negociação brasileira, havendo um aumento significativo do orçamento para ABC nesse período^{5 6}.

A partir de 2004, a CGPD concentrou suas ações com base nas seguintes prioridades: 1) compromissos assumidos em viagens do Presidente da República e do Chanceler; 2) países da América do Sul; 3) Haiti; 4) países da África, em especial os países africanos de língua portuguesa, e Timor-Leste; 5) demais países da América Latina e Caribe; 6) apoio à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e 7) incremento das iniciativas de cooperação triangular com países desenvolvidos (através de suas respectivas agências) e organismos internacionais⁷.

⁴ A primeira iniciativa de implantação de um Sistema de Cooperação Internacional no Brasil ocorreu em 1950, com a criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT). Em 1969, foi realizada uma reforma institucional do Sistema centralizando as competências básicas de cooperação técnica na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) e no Ministério das Relações Exteriores (MRE). No contexto de redemocratização do país em meados da década de 1980, os antigos órgãos que compunham o sistema nacional de cooperação dão lugar à Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das relações Exteriores (MRE), criando-se um órgão para tratar da cooperação internacional que unia as funções técnicas e de política externa. Observa-se uma ampliação das iniciativas em especial durante os governos de FHC (1995-1998 e 1999-2002), em consonância com o aprofundamento das relações brasileiras com os países latino-americanos e africanos. A função instrumental de cooperação horizontal para a política externa brasileira fazia-se presente, uma vez que entre os objetivos delimitados para a CTPD durante o governo FHC encontrava-se a ampliação da imagem positiva do Brasil no cenário internacional por meio das atividades de CSS. Entretanto, é a partir do governo Lula que a CSS ganha maior ênfase sendo percebida e admitida com maior nitidez como instrumento de política externa brasileira. A partir de 2003, reforça-se a estratégia de inserção do país por meio da promoção de alianças e acordos com parceiros do Sul na tentativa de reduzir as assimetrias nas relações com os países desenvolvidos e aumentar a capacidade de negociação brasileira, havendo um aumento significativo do orçamento para ABC nesse período (CERVO, 1994; LEITE, 2011; LOPES, 2008 NANJI, 2011; PUENTE, 2010 VIGEVANI e CEPALUNI, 2007).

⁵ O orçamento para a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que em 2002 era de 3,3 milhões passou para 37,8 milhões no ano de 2010.

⁶ CERVO, 1994; LEITE, 2011; LOPES, 2008 NANJI, 2011; PUENTE, 2010 VIGEVANI e CEPALUNI, 2007

⁷ Fonte: www.abc.gov.br. Acesso em agosto de 2014.

Esse trabalho buscará analisar quais as motivações para o fornecimento de ajuda externa brasileira fornecida nesse período, realizando um diálogo entre a literatura de CID brasileira e a literatura sobre os determinantes e efetividade da ajuda externa fornecida pelos países desenvolvidos. Dessa forma, será analisado se a CID realizada pelo Brasil difere da cooperação realizada pelos países do Norte, em especial da ajuda externa fornecida pelos Estados Unidos, em relação aos determinantes para sua alocação. A hipótese preliminar a ser testada nessa pesquisa é a de que o Brasil almejaria benefícios políticos e econômicos por meio dessas práticas, de modo que a cooperação fornecida pelo Brasil não diferiria da Cooperação Norte-Sul em relação aos objetivos pretendidos.

2. Análise de bibliografia

A CID não é um fenômeno recente nas relações internacionais. Embora não haja um consenso acerca de sua definição, suas origens costumam ser localizadas no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, com a criação do Plano Marshall e das instituições de *Bretton Woods*. Nota-se que o fornecimento de ajuda foi motivado por uma combinação de fatores políticos, econômicos, sociais, geoestratégicos, ideológicos, morais e éticos, de modo que o peso a importância de cada um desses elementos variaram ao longo do tempo (DENGBOL-MARTINUSSEN, 2004; LANCASTER, 2007; PUENTE, 2010).

Quanto à sua classificação, Alonso (2005) aponta que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento pode ser dividida entre quatro categorias básicas, de acordo com a origem, canais de execução, instrumentos e o nível de desenvolvimento dos países. Quanto à origem, a cooperação pode ser pública, realizada com recursos governamentais, ou privada, financiada por empresas, organizações não governamentais e indivíduos. Em relação aos canais de execução, a cooperação pode ser bilateral ou multilateral, dependendo do número de atores envolvidos no processo.

De acordo com os instrumentos, a Cooperação para o Desenvolvimento pode ser dividida em Cooperação Financeira (CF), Cooperação Técnica (CT) e Assistência Humanitária (AH), embora não haja um consenso na literatura em relação a essa classificação. E em relação ao nível de desenvolvimento dos países, a cooperação pode ser realizada entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento - Cooperação

Norte-Sul ou Cooperação Vertical - e entre países em desenvolvimento - Cooperação Sul-Sul ou Cooperação Horizontal.

Puente (2010) destaca quatro fases na evolução da CID: a primeira fase compreenderia as décadas de 1950 e 1960, a segunda fase cobriria a década de 1970, a terceira, a década de 1980, e a quarta, dos anos 90 até os dias de hoje. A primeira fase (1950-1960), influenciada pelo sucesso do Plano Marshall e da reconstrução europeia, foi marcada pelo acirramento das rivalidades Leste-Oeste no contexto da Guerra Fria, de maneira que a cooperação para o desenvolvimento foi utilizada pelas grandes potências como forma de manter os países receptores dentro de suas órbitas de influência. Assim, desde o início, a assistência externa esteve vinculada à promoção do comércio e dos interesses econômicos dos doadores.

A cooperação nessa época, assentada sobre o viés econômico, privilegiava o aspecto de ajuda ou assistência, o que abria espaço para que as ações fossem instrumentalizadas para a promoção dos interesses dos doadores. Esse conceito de ajuda ou assistência prevaleceria ao longo dos anos 1950, entretanto com os processos de descolonização e conseqüente ingresso de novos países surgiram as primeiras críticas ao aspecto assistencialista da ajuda fornecida até então. Diante dessa nova conjuntura, os países em desenvolvimento se articularam e pressionaram para que houvesse uma mudança na terminologia utilizada para referir-se às práticas de cooperação, no desejo de modificar o enfoque das ações referentes à cooperação internacional. Como resultado dessas demandas, a ONU reviu no final dos 1950 o conceito de assistência técnica substituindo-o pela expressão cooperação técnica que pressuponha a existência de interesses mútuos em uma relação mais igualitária⁸.

A segunda fase, referente à década de 70, caracteriza-se pelo incremento da chamada cooperação horizontal entre os países em desenvolvimento e pela expansão das organizações internacionais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas na participação em matéria de cooperação internacional. A insatisfação dos países do chamado “Terceiro Mundo” com a ordem econômica internacional levaram essas nações a buscarem alternativas para o desenvolvimento. Dentre essas tentativas, destaca-se a criação da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que procurou analisar os vínculos entre comércio e desenvolvimento. A

⁸ CERVO, 1994; HIRST e ANTONINI, 2009; PUENTE, 2010.

partir da UNCTAD, o próprio modelo de cooperação para o desenvolvimento passa a ser questionado, pois esse modelo, na visão dos países em desenvolvimento, estava assentado em bases assistencialistas, com determinantes político-estratégicos, conectados a interesses comerciais dos doadores e não atendiam às reais necessidades dos países receptores na medida em que se evidenciava a pouca contribuição desses programas no desenvolvimento dos países beneficiados⁹.

A insatisfação dos países em desenvolvimento com a lógica do conflito Leste-Oeste e com a lógica do modelo de cooperação vigente dá origem à chamada cooperação horizontal, ou seja, a cooperação realizada entre os países em desenvolvimento, também denominada Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). O marco institucional para a criação da CTPD foi o Plano de Ação de Buenos Aires, firmado na Conferência das Nações Unidas sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, realizada em Buenos Aires, em 1978. Entre as principais diretrizes apontadas pelo Plano de Ação de Buenos Aires, se destaca o caráter alternativo, complementar e não excludente da CTPD em relação à cooperação tradicional ou “vertical”. Nesse sentido, a CTPD teria como objetivos, entre outros, fortalecer a autoconfiança entre os países em desenvolvimento mediante trocas de experiência e compartilhamento de recursos técnicos¹⁰.

A terceira fase da cooperação para o desenvolvimento, referente à década de 80, é marcada pelos efeitos das crises do petróleo dos anos 70, pela chamada “crise da dívida” e consequente recessão econômica dos países em desenvolvimento. A cooperação, por parte dos doadores, sofre reduções drásticas e é orientada para os chamados “ajustes estruturais”. As instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o FMI passam a exigir cada vez mais “condicionalidades” para a realização de empréstimos, levando a um descontentamento cada vez maior por parte dos países receptores em relação à cooperação prestada pelos países desenvolvidos e pelas instituições internacionais¹¹.

Esse contexto, agravado pelo fim da Guerra Fria e expansão das políticas neoliberais, levou a uma perda de interesse ainda maior por parte dos países desenvolvidos na prestação de ajuda externa aos países em desenvolvimento. De modo

⁹ LEITE, 2011; NANCI, 2011; PUENTE, 2010.

¹⁰ LEITE, 2011; NANCI, 2011; PUENTE, 2010; VALLER FILHO, 2007.

¹¹ LEITE, 2011; PUENTE, 2010.

que a quarta fase da CID é marcada pelo desgaste da “cooperação tradicional” e pelo revigoramento da cooperação horizontal, em especial, após as crises financeiras internacionais ocorridas ao longo dos anos 90. Nesse contexto, em especial após os anos 2000, ganha força a chamada cooperação Sul-Sul (CSS), entendida aqui como um fenômeno mais amplo do que a CTPD¹².

Lancaster (2007) aponta que o fornecimento de ajuda externa é utilizado por quatro motivos principais: diplomáticos, com fins para o desenvolvimento, humanitários e comerciais. A ajuda externa com fins diplomáticos envolveria questões de segurança internacional, objetivos políticos internacionais, e a gerência da relação entre Estados. A ajuda fornecida com fins para o desenvolvimento teria como objetivo promover o progresso social e econômico em países subdesenvolvidos e aliviar a pobreza, sendo vista como meio e fim para a perseguição de objetivos políticos no cenário internacional. A ajuda para fins humanitários é fornecida frequentemente para países pobres que passam por grandes catástrofes humanitárias. Por fim, a ajuda com propósitos comerciais atua no intuito de expandir as exportações do país e de garantir acesso a mercados consumidores e de matérias primas para o fornecedor.

Em relação às teorias que poderiam explicar o fenômeno do fornecimento de ajuda externa, Lancaster (2007) destaca quatro abordagens principais: 1) realista; 2) marxista; 3) liberal e 4) construtivista. Na visão realista, a ajuda externa seria nada mais que uma ferramenta de poder utilizada pelos Estados mais poderosos na persecução de seus objetivos no cenário internacional. Para a abordagem marxista, a ajuda externa seria uma ferramenta utilizada pelos estados capitalistas do centro no intuito de explorar as nações periféricas. Para os liberais, o fenômeno da ajuda externa seria um reflexo da tendência dos Estados cooperarem entre si no intuito de lidar com os problemas resultantes da globalização e da interdependência complexa, visando à expansão dos “bens públicos”. A visão construtivista enfatiza o papel das ideias na formulação das políticas em que questões morais e éticas seriam determinantes na realização dessas iniciativas¹³.

Lancaster (2007) acredita que nenhuma dessas teorias consegue explicar de forma adequada toda a complexidade do fenômeno da ajuda externa pelo fato de haver muitas

¹² LEITE, 2011; PUENTE, 2010.

¹³ Pankaj (2005) também destaca a abordagem idealista para a explicação desse fenômeno, que veria os fluxos de ajuda externa dos países mais ricos para os mais pobres como uma forma positiva de se manter a paz mundial e a prosperidade.

variáveis interativas que justifiquem um modelo que seja ao mesmo tempo parcimonioso e esclarecedor e pelo fato de todas essas teorias negligenciarem um elemento central dessas políticas: o impacto da política doméstica sobre o fornecimento de ajuda externa. A autora argumenta que o fornecimento de ajuda externa, por demandar gastos públicos, é frequentemente sujeito de debates tanto por parte do público como de grupos de interesse organizados – que representam tanto interesses públicos quanto privados – nos países doadores. Assim, os governos desses países buscam formar coalizões para o apoio ao fornecimento de ajuda tanto junto à suas legislaturas quanto ao público de modo que os resultados dessas políticas são frequentemente frutos dessas dinâmicas internas. Destaca que a estrutura governamental, em especial o papel do legislativo e seu poder em demandar prestação de contas por parte do executivo, o acesso de grupos de interesse, e até mesmo as regras eleitorais, seriam fatores decisivos para explicar o fornecimento de ajuda externa¹⁴.

Van der Veen (2011), em uma abordagem mais construtivista, explorou o papel das ideias e motivações na implementação das políticas de ajuda externa. Aponta que objetivos diferentes resultarão em escolhas políticas diferentes, de modo que esses objetivos e políticas variaram entre países e ao longo das últimas décadas. Assim, haveria sete categorias gerais para os objetivos de política externa: segurança; poder e influência; interesse econômico próprio; autoafirmação e reputação; obrigação e dever e humanitarismo. Para testar o impacto dessas motivações sobre diferentes escolhas políticas em relação ao fornecimento de ajuda externa e como elas variaram ao longo do tempo, utiliza um esquema de *frames*¹⁵ para analisar discussões legislativas em quatro países europeus¹⁶.

Em uma abordagem mais realista, levando em consideração os interesses materiais e diplomáticos dos Estados, uma família de literatura, utilizando métodos econométricos, buscou analisar os determinantes da Cooperação Norte-Sul¹⁷ e os resultados dessas políticas para os países desenvolvidos, identificando como esses países

¹⁴ Em seu livro, “Foreign Aid, Diplomacy, Development, Domestic Politics”, Lancaster realiza estudos de casos em cinco países doadores - Estados Unidos, Japão, França, Alemanha e Dinamarca - dando ênfase ao papel das instituições políticas domésticas de cada doador.

¹⁵ Unidades organizadoras que atuam na interpretação dos dados, ajudando a interpretar, priorizar e classificar e informações. Podem ser pensados em termos de associação de palavras.

¹⁶ Bélgica, Itália, Holanda e Noruega.

¹⁷ A maior parte da assistência internacional para o desenvolvimento dos Estados Unidos tem sido direcionada para a América Latina, dos países da Europa para suas ex-colônias na África, e do Japão para a Ásia (ver as estatísticas da OCDE, disponíveis em <http://www.aidflows.org/>).

utilizariam a ajuda internacional para perseguir seus objetivos de política externa. Um dos trabalhos seminais nessa área foi o estudo de McKinley e Little (1977) sobre os determinantes da ajuda externa fornecida pelos EUA, que estruturou a discussão em torno de dois modelos alternativos para a explicação da alocação de ajuda externa: o modelo das necessidades do receptor¹⁸ e o modelo dos interesses do doador¹⁹. A partir de testes estatísticos esses autores concluíram a preponderância do modelo relativo aos interesses do doador para a explicação dos determinantes para a alocação de ajuda externa.

Nessa linha, Maizels e Nissanke (1984), buscaram testar variações desses dois modelos, utilizando uma classificação e indicadores diferentes, e seus resultados também fornecem apoio para o modelo dos interesses do doador. Com o desenvolvimento de técnicas de estimação mais sofisticadas, uma leva de trabalhos buscou estimar modelos levando em consideração uma série de preocupações estatísticas tocante à análise de dados. Assim, McGillivray e Oczkowski (1991, 1992) analisaram os padrões de alocação da ajuda externa fornecida pela Austrália e Reino Unido. Gang e Lehman (1990) estudaram a alocação da ajuda externa americana na América Latina. Tarp *et al* (1998) analisou os padrões de distribuição da ajuda externa fornecida pela Dinamarca.

Um dos trabalhos recentes mais relevantes dessa literatura consiste na pesquisa realizada por Alesina e Dollar (2000) sobre o padrão de alocação de ajuda externa de vários doadores. Seus resultados evidenciam o fato de que a ajuda externa é guiada mais por interesses políticos e estratégicos dos doadores do que pelas necessidades econômicas e performance política dos países receptores. Boone (1996), Bruce Bueno de Mesquita e Smith (2007) e Bearce e Tirone (2009) entre outros avaliaram como os países utilizam ajuda externa para comprar influência junto aos governos receptores nas instituições internacionais. Schraeder *et al* (1998) analisaram os fluxos de ajuda bilateral provenientes dos Estados Unidos, Japão, França e Suécia para o continente africano durante os anos 80 e concluíram que questões econômicas e militares foram fatores

¹⁸ “A quantidade de ajuda externa fornecida para cada país de baixa renda seria proporcional às necessidades econômicas e sociais desses países” (MCKINLEY e LITTLE, 1979, p. 239). Especificamente, a hipótese é de os indicadores referentes à ajuda externa variariam conjuntamente em relação a indicadores socioeconômicos dos países receptores.

¹⁹ A hipótese a ser testada por esse modelo é a de que a quantidade de ajuda externa recebida por qualquer país de baixa renda seria proporcional ao nível de interesse do doador naquele país. Sendo que os interesses do doador são categorizados em termos de interesses econômicos, interesses de segurança, interesses de poder político, interesses de desenvolvimento, de estabilidade política e interesses democráticos. (MCKINLEY e LITTLE, 1979)

decisivos para o fornecimento de ajuda e que questões humanitárias não aparentaram ser decisivas para nenhum dos doadores analisados.

Berthélemy (2005) analisou a distribuição da ajuda externa fornecida por vários países doadores entre as décadas de 80 e 90 e seus resultados mostraram que a maioria dos doadores se comporta de maneira egoísta no que diz respeito ao fornecimento de ajuda externa, na medida em que não apenas esses países utilizam essas políticas para reforçar ligações políticas com os países receptores, como também direcionam a ajuda para seus parceiros comerciais mais significativos. No entanto, os resultados mostram que os doadores também levam em consideração algumas necessidades e méritos dos países receptores, favorecendo, em média, os países com melhores indicadores de governança, de democracia e que apresentam maiores taxas de crescimento.

Dreher, Nunnkamp e Thiele (2006) analisaram se a ajuda externa fornecida pelos Estados Unidos influenciaria os votos dos países receptores na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), encontrando fortes evidências empíricas de que, para além dos interesses econômicos, a ajuda externa americana também serviria para comprar influência política dos receptores. Nessa linha, Kuzienko e Werker (2006) encontram evidências empíricas de que os membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU recebem mais ajuda externa dos Estados Unidos, especialmente em momentos de maior enfoque nessa instância de poder.

Bermeo (2008) buscou averiguar se houve mudanças significativas em relação aos determinantes de ajuda externa com o final da guerra fria. Para tanto, analisou a alocação de ajuda externa de quatro grandes doadores, França, Japão, Reino Unido e Estados Unidos nos últimos vinte anos. Conclui que há diferenças significativas entre fluxos recentes de ajuda externa e àqueles ocorridos ao longo dos anos 80. Destaca que durante a guerra fria, a ajuda externa era guiada primordialmente por interesses militares e que, atualmente, essa questão ocupa um papel menor nas motivações para o fornecimento de ajuda. Aponta que interesses estratégicos continuam sendo determinantes, embora questões militares tenham perdido espaço para questões de ordem econômica.

Vreeland (2010), dialogando com essa literatura de determinantes de ajuda externa, analisou a relação entre a ajuda externa fornecida pela Suíça e a composição de sua coalizão nos diretórios executivos do FMI e Banco Mundial. Os resultados de sua pesquisa corroboram a hipótese de que os países pobres venderiam seu apoio em

instituições de governança global com o intuito de obterem vantagens econômicas como ajuda externa.

Entretanto, embora haja uma literatura consolidada de trabalhos empíricos que buscaram explicar os padrões de doações por parte dos países ricos, nota-se que há uma carência de trabalhos que busquem avaliar empiricamente os determinantes da CID e os benefícios dessas políticas para os países em desenvolvimento. Sendo que há ainda menos trabalhos que busquem analisar objetivamente quais os determinantes para o recebimento de ajuda externa brasileira e quais os resultados concretos dessas políticas para o Brasil.

Buscando suprir essa lacuna, Hirst, Lima e Pinheiro (2010) apontam que a cooperação realizada pelo Brasil combina motivações de política externa com a capacidade de atender demandas de assistência técnica específica dos países receptores evitando reproduzir as lógicas da assistência Norte-Sul. Por meio da ABC, o país buscaria configurar a cooperação horizontal com ações que visem construir pontes de transmissão e intercâmbio de conhecimento, lealdades políticas e sociais com outros países em desenvolvimento. De modo que este esforço coincidiria com as relevantes mudanças de sua inserção externa, motivadas por novas ambições internacionais, almejando expandir a presença do país em negociações globais, nos âmbitos dos regimes e das organizações multilaterais e nos assuntos regionais.

Hirst (2011) aponta que a CID prestada pelo Brasil se sustenta em ideais de solidariedade e no intercâmbio de experiências comuns, não possuindo vínculos com interesses comerciais e investimento estrangeiro direto. De modo que o Brasil buscaria promover a imagem de que sua cooperação difere da cooperação tradicional implantada historicamente pelos países do Norte, na medida em que a cooperação brasileira não seria guiada por interesses materiais. De forma que o principal objetivo da cooperação brasileira para o desenvolvimento seria o acúmulo de *soft-power*²⁰, na medida em que o país buscaria aumentar sua legitimidade como ator relevante no sistema internacional, almejando promover reformas no intuito de ganhar voz nas instituições de governança global.

Nessa linha, Lima e Hirst (2006) apontam que no que concerne aos objetivos estratégicos e de segurança da cooperação internacional brasileira, o estreitamento de

²⁰ Entendido como “poder brando”, ou a ideia de influenciar indiretamente o comportamento ou interesses de outros corpos políticos por meios culturais ou ideológicos. (NYE, 2004).

laços com os países em desenvolvimento estaria associado à busca de apoio para o pleito do Brasil de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Objetivo que teria se tornado prioritário para a política externa brasileira durante o governo Lula.

Milani (2013) destaca que embora as fronteiras entre a cooperação técnica, empréstimos subsidiados e abertura de mercados para companhias não sejam claras, não haveria dúvida de que o Brasil reconhece a importância estratégica da CID dentro de sua política externa. O Brasil rejeita as terminologias utilizadas pelo CAD/OCDE²¹ referentes a “doador”, “ajuda” e “assistência”²², partilhando da definição dada pela UNCTAD de cooperação como os processos, instituições, acordos, designados para promover a cooperação política, econômica e técnica entre países em desenvolvimento que buscam o desenvolvimento comum em uma relação horizontal²³. Nesse sentido, a CID seria apresentada como uma alternativa à cooperação Norte-Sul²⁴.

Melo e Souza (2012) destaca que no que concerne às motivações, a cooperação para o desenvolvimento concedida pelos países emergentes é similar àquela oferecida pelos países desenvolvidos, de modo que ambas são usadas como instrumentos político-diplomáticos e de promoção de interesses econômicos, não visando exclusivamente ou prioritariamente o desenvolvimento dos países receptores. Destaca que a cooperação para o desenvolvimento do Brasil tem contribuído com o financiamento da importação de bens e serviços do país, sobretudo via BNDES. Além disso, a disseminação da tecnologia brasileira na produção de biocombustíveis adquire um caráter econômico estratégico, uma vez que há o entendimento de que tais combustíveis somente serão empregados em âmbito global quando existirem diversos fornecedores.

²¹ O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (CAD/OCDE) é uma organização multilateral criada em Setembro de 1961, sendo um Fórum Internacional constituído pelos principais doadores bilaterais e tendo como observadores permanentes o FMI, o Banco Mundial e o PNUD. Convém salientar que nem todos os membros da OCDE são membros do CAD.

²² O CAD/OCDE define a assistência internacional ao desenvolvimento como “fluxos de financiamento oficial administrados com o principal objetivo de promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar dos países em desenvolvimento e que são em caráter concessional com um elemento de subvenção de pelo menos 25% (usando uma taxa fixa de desconto de 10%). O recebimento dessa assistência compreende desembolsos por parte dos doadores bilaterais e das instituições multilaterais. Empréstimos concedidos pelas agências de crédito à exportação, com a finalidade pura de promoção das exportações, estão excluídos.” Ver o glossário de termos estatísticos da OCDE em <<http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=6043>>.

²³ Em vez de empregar os conceitos “doador” e “receptor” os países do Sul fazem referência aos países envolvidos na cooperação para o desenvolvimento como “parceiros”.

²⁴ Há, no entanto, diferenças significativas na cooperação concedida pelos países do chamado “Sul”, em especial, Brasil, Índia e China.

Assim, enquanto alguns autores destacam que CID prestada pelo Brasil objetiva fins políticos, especialmente o acúmulo de *soft power*, outros apontam que a ajuda externa brasileira não é desinteressada materialmente, havendo motivações econômicas na alocação da mesma. Desse modo, nota-se que não há um consenso na literatura acerca de quais as motivações para o fornecimento de ajuda externa por parte do Brasil. Pois a própria ABC não faz menções a eventuais ganhos materiais para o Brasil oriundos dessas práticas. No site da agência consta que “a missão da CGPD é "contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento, para a ampliação dos seus intercâmbios, geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições”²⁵.

3. Justificativa

Embora haja uma literatura considerável acerca dos determinantes da ajuda externa e de sua efetividade, essa literatura está centrada na ajuda fornecida pelos países desenvolvidos, havendo uma carência de trabalhos em relação à cooperação prestada pelos países emergentes, em especial, pelo Brasil^{26 27}. Assim, esse trabalho, dialogando com a literatura que buscou analisar os determinantes para o recebimento de ajuda externa fornecida pelos países desenvolvidos²⁸, buscará identificar quais as motivações para a alocação de projetos de CSS brasileira.

O caso brasileiro se mostra interessante por diversas razões. Em primeiro lugar, o Brasil faz parte de um pequeno grupo de países que passaram de receptores a fornecedores de ajuda externa no plano internacional ao longo dos anos. Em segundo lugar, o Brasil se enquadra na categoria de países emergentes que buscam exercer uma influência maior sobre os rumos da política internacional, integrando diversas coalizões

²⁵ Fonte: www.abc.gov.br. Acesso em agosto de 2014.

²⁶ Destacam-se os seguintes estudos: AYLLÓN PINO, 2010; APOLINÁRIO JÚNIOR, 2014; CERVO, 1994; HIRST, 2011; LEITE, 2011; LEITE, 2012; LIMA, 2005; LOPES, 2005; LOPES, 2008; MAGALHÃES, 2012; MELO e SOUZA, 2012; MILANI, 2013; NANJI, 2011; PUENTE, 2010; VALLER FILHO, 2007; VIANA, 2015.

²⁷ Apolinário Júnior (2014) analisa alguns padrões de alocação da ajuda externa brasileira e seus resultados apontam que o Brasil, para além das diretrizes oficiais para a execução da CID, premia os países que o apoiam em instituições financeiras internacionais como o FMI e Banco Mundial.

²⁸ MCKINLEY e LITTLE, 1977; MAIZELS e NISSANKE, 1984; MCGILLIVRAY e OCZKOWSKI, 1991 e 1992; GANG e LEHMAN, 1990; TARP *et al.*, 1998; ALESINA e DOLLAR, 2000; BOONE, 1996; BERTHÉLEMY, J- C. e A. TICHIT, 2004; BEARCE e TIRONE, 2009; BERMEO, 2008; DREHER, NUNNUNKAMP e THIELE, 2006; KUZIEMKO e WERKER, 2006; MESQUITA e SMITH, 2007; SCHRAEDER, 1998; VREELAND, 2010.

como o BRICS, junto com Rússia, Índia, China e África do Sul, e o grupo IBAS, juntamente com Índia e África do Sul, buscando, por meio de ações conjuntas com esses países, reformar as instituições de governança global no sentido de reduzir as assimetrias na arena internacional.

Em terceiro lugar, em contraste com os doadores da OCDE, que atualmente seguem as normas do CAD, o Brasil não impõe condicionalidades macroeconômicas, ambientais, de governança ou de direitos humanos para a concessão de cooperação internacional para o desenvolvimento, e também apresenta menos exigências processuais. Alegando respeitar os princípios da não interferência e da soberania dos parceiros, por ter sofrido historicamente numerosas e profundas interferências externas e violações de sua soberania²⁹. Assim sendo, faz-se necessário verificar até que ponto esse discurso se sustenta na medida em que o país utilizaria a cooperação como instrumento de política externa.

4. Objetivos e hipóteses da pesquisa

Essa pesquisa tem por objetivo analisar as iniciativas brasileiras de CID evidenciando suas motivações, a despeito do discurso oficial. Utilizando a tipologia proposta por Lancaster (2007), em relação aos objetivos comumente perseguidos com o fornecimento de ajuda externa³⁰, e variações dos modelos dos interesses do receptor e do doador propostos por McKinley e Little (1977), esse estudo buscará responder as seguintes questões:

1. Quais os objetivos da CID brasileira?

A hipótese preliminar levantada seria de que o Brasil, de acordo com modelo de interesses do doador, almejaria objetivos de política externa com sua política de CID, em detrimento do discurso oficial de solidariedade terceiro-mundista, de forma que:

H1. O Brasil almejaria objetivos diplomáticos e econômicos com sua ajuda externa.

Assim, tem-se como hipóteses específicas desse modelo:

²⁹ No tocante à Cooperação Técnica. Em relação à Cooperação Financeira, levada a cabo pelo BNDES, a cooperação é reembolsável e demanda uma série de condicionalidades, como a obrigatoriedade de que os recursos sejam utilizados para adquirir bens e serviços de empresas brasileiras (VIANA, 2015).

³⁰ Diplomáticos, com fins para o desenvolvimento, humanitários e comerciais.

H1a. Haveria uma relação positiva entre o volume de ajuda fornecido pelo Brasil e o volume de IED brasileiro.

H1b. Haveria uma relação positiva entre o volume de ajuda fornecido pelo Brasil e os fluxos de comércio com o Brasil em relação aos países receptores.

H1c. Haveria uma relação positiva entre a ajuda fornecida pelo Brasil e a convergência de posição dos países receptores em relação ao Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).

H1d. Haveria uma relação positiva entre a ajuda externa provida pelo Brasil e a posição desses países nas instituições de *Bretton Woods* – OMC, Banco Mundial e FMI.

A hipótese alternativa é a de que, de acordo com o modelo de interesses do receptor, a ajuda externa brasileira seria guiada pelas necessidades dos países receptores, de modo que:

H2. Os padrões de alocação da ajuda externa brasileira seriam explicados pelas necessidades socioeconômicas e pelas características políticas dos países receptores.

Como hipóteses específicas desse modelo, tem-se que:

H2a. Haveria uma relação negativa entre o volume de ajuda fornecido pelo Brasil e o nível de desenvolvimento dos países receptores.

H2b. Haveria uma relação entre o volume de ajuda fornecido pelo Brasil e o nível de democracia e de proteção aos direitos humanos nos países receptores.

2. Os objetivos da CID como instrumento de política externa brasileira variam de acordo com o país receptor e com a agência responsável pela sua execução?

A hipótese é a de que diferentes projetos de cooperação realizados por diferentes agências nacionais atenderiam a objetivos diversos da política externa brasileira. O teste dessa hipótese tem como objetivo analisar a especificidade dos projetos de cooperação brasileira com determinados países. Entende-se que a cooperação realizada pelo Brasil, apesar da preponderância do papel do MRE por meio da ABC, vem passando por um processo de descentralização nas últimas décadas. Assim, buscar-se-á verificar o impacto dessa descentralização em relação aos determinantes para o firmamento de diferentes projetos de cooperação.

5. Metodologia

Para que as perguntas formuladas acima possam ser respondidas será necessária a realização de uma dupla abordagem de pesquisa, tanto quantitativa quanto qualitativa. Primeiramente será necessária a construção de um banco de dados no formato de um painel englobando todas as informações disponíveis sobre os acordos de cooperação firmados pelo Brasil nos últimos anos, em especial a partir de 2003. Para tanto, serão utilizados dados do projeto *AidData 3.0*³¹, complementando essas informações com dados provenientes da ABC³², IPEA^{33 34} e dados agregados por outros pesquisadores³⁵. Dessa forma, serão construídas duas variáveis para operacionalizar a ajuda externa brasileira: uma dicotômica, indicando se determinado país recebeu ajuda do Brasil em um determinado ano e outra contínua, referente ao valor total recebido pelo país naquele ano.

Para analisar quais os determinantes para o fornecimento da ajuda brasileira serão utilizadas, como controle, variáveis provenientes das diretrizes para o fornecimento de ajuda externa brasileira como: número de viagens presidenciais brasileiras para um país³⁶, uma variável dicotômica para os países que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)³⁷ e variáveis dicotômicas regionais para a África, América do Sul e América Central.

Em seguida, serão realizadas regressões tendo a variável ajuda externa como variável dependente no intuito de indicar quais os fatores determinantes para o recebimento de ajuda externa brasileira. Para analisar quais os determinantes econômicos para o fornecimento de ajuda externa brasileira, serão acrescentadas ao banco variáveis referentes ao volume de comércio do Brasil com cada país do globo, variáveis referentes ao total de importação e exportação em dólares e variáveis referentes ao volume de

³¹ Fonte: www.aiddata.org. Acesso em agosto de 2014.

³² Fonte: www.abc.gov.br. Acesso em agosto de 2014.

³³ Fonte: www.ipea.gov.br. Acesso em agosto de 2014.

³⁴ Vale destacar que os bancos de dados realizados pelo projeto COBRADI, no âmbito do IPEA, ainda não estão públicos. Esses dados cobrem o período de 2005 a 2010. Até o momento foram fornecidos apenas relatórios parciais sobre os dispêndios do governo brasileiro em relação ao fornecimento de ajuda externa. Espera-se que, com a Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor em maio de 2012, os nós de acesso a essas informações possam ser desatados.

³⁵ Há um banco de dados sendo construído no âmbito do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI-USP), de forma independente ao IPEA, sobre os projetos de cooperação brasileira. Espera-se que esse banco de dados seja finalizado até o ano de 2016. De modo que possa ser comparado aos bancos de dados fornecidos eventualmente pelo IPEA.

³⁶ Fonte: www.itamaraty.gov.br. Acesso em agosto de 2014.

³⁷ Fonte: www.cplp.org.br. Acesso em agosto de 2014.

investimento estrangeiro brasileiro. As variáveis referentes ao comércio serão construídas através da ferramenta *AliceWeb*³⁸, desenvolvida pelo MDIC.

A variável referente ao volume de IED brasileiro será retirada dos bancos de dados fornecidos pelo BNDES^{39 40}, e complementada a partir de outras fontes, como os dados disponibilizados pela UNCTAD⁴¹, *AidData 3.0* e coletados por outros pesquisadores. Dessa forma, por meio de regressões lineares e não lineares serão elaborados modelos no intuito de analisar correlações entre essas variáveis de interesse⁴². Também atentar-se-á para eventuais problemas de causalidade reversa. Uma alternativa preliminar para a resolução desses possíveis problemas será a utilização de variáveis instrumentais.

Para analisar quais os determinantes políticos para o firmamento acordos de cooperação serão construídas variáveis referentes à convergência de posição desses países na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), utilizando os dados colhidos por Anton Strezhnev e Erik Voeten (2012), que formularam um banco de dados de todas as votações realizadas na Assembleia Geral das Nações Unidas entre os anos de 1946-2012. Desse modo, por meio de regressões, será analisada qual a relação entre a posição dos receptores frente ao Brasil nas votações da ONU e fornecimento de ajuda externa brasileira.

Também será analisada qual a relação entre a ajuda fornecida pelo Brasil e a posição desses países em instituições financeiras internacionais como o FMI⁴³ e Banco Mundial⁴⁴. Assim, será analisado se os países que apoiam o Brasil nessas instituições possuem mais chances de receber ajuda externa brasileira. Também serão analisadas as posições dos países na escolha da presidência da OMC⁴⁵, de maneira a tentar analisar se a votação dos países receptores possui relação com os projetos de cooperação brasileira.

Para analisar se há determinantes socioeconomicos e políticos em relação aos países receptores para o fornecimento de ajuda externa brasileira; de acordo com os modelos de interesses do receptor, serão utilizadas variáveis retiradas da literatura sobre o

³⁸ Fonte: aliceweb.desenvolvimento.org.br. Acesso em agosto de 2014.

³⁹ Fonte: www.bndes.gov.br. Acesso em agosto de 2015.

⁴⁰ Vale destacar que apenas em 2015, em função da Lei de Acesso à Informação, o BNDES disponibilizou as planilhas referentes aos valores de IED brasileiro.

⁴¹ Fonte: www.unctad.org. Acesso em agosto de 2014.

⁴² Levando em consideração que correlação não é sinônimo de causalidade.

⁴³ Fonte: www.imf.org. Acesso em agosto de 2014.

⁴⁴ Fonte: www.worldbank.org. Acesso em agosto de 2014.

⁴⁵ Fonte: www.wto.org. Acesso em agosto de 2014.

tema, como nível de renda per capita⁴⁶ dos países receptores, nível de democracia⁴⁷ e de proteção aos direitos humanos⁴⁸.

Ademais, para complementar os resultados encontrados, será realizada uma abordagem qualitativa por meio de análise bibliográfica, documental, pela realização de entrevistas e de estudos de caso. As fontes primárias dessa análise corresponderão a documentos oficiais emitidos pelos órgãos governamentais responsáveis por projetos de cooperação do Brasil. As fontes secundárias se referem às obras acadêmicas que tratam sobre a CID de modo geral e sobre a CID brasileira de modo específico. Pretende-se também a realização de entrevistas com funcionários do governo e do setor privado brasileiro, em especial, diplomatas e empresários. Dessa maneira, almeja-se compreender qual a posição desses atores em relação aos objetivos da CID brasileira, além de compartilhar os resultados da pesquisa buscando posições oficiais e extraoficiais em relação às perguntas formuladas por essa pesquisa. Por fim, após a realização das análises estatísticas, serão realizados estudos de caso com projetos e/ou países que distoem dos padrões gerais encontrados em relação à alocação de ajuda externa brasileira.

Este projeto está inserido na agenda de pesquisa do Centro de Estudos das Negociações Internacionais do IRI/USP que tem se dedicado ao estudo da cooperação Sul-Sul nos últimos anos, com vários projetos e estudantes de pós-graduação e pós-doc. A integração com outros colegas e pesquisadores no Centro beneficiará diretamente o projeto, não apenas pela interlocução, mas também pela disponibilidade de informações, documentos e bases de dados.

6. Cronograma

	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
ATIVIDADES	SEMESTRE	SEMESTRE	SEMESTRE	SEMESTRE

⁴⁶ Fonte: www.worldbank.org. Acesso em agosto de 2014.

⁴⁷ Para medir o nível de democracia em um país foram utilizados dados provenientes do projeto POLITY IV e do banco DD-Index, organizado por Cheibub, Gandhi e Vreeland (2010).

⁴⁸ Para medir o nível de proteção aos direitos humanos em um país serão utilizadas os dados do Political Terror Scale (PTS) e do CIRI Human Rights Data Project.

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Créditos das disciplinas obrigatórias e eletivas	X	X	X					
Levantamento e revisão da bibliografia relevante à pesquisa		X	X	X				
Pesquisa documental em arquivos, internet e base de dados		X	X	X				
Construção do Banco de Dados			X	X				
Análise do Material documental e bibliográfico consultado			X	X	X			
Análise quantitativa dos dados			X	X	X			
Realização de entrevistas			X	X				
Elaboração da dissertação			X	X	X	X	X	X
Processo de qualificação do projeto de pesquisa e de parte da Tese				X				
Realização de Doutorado-Sanduíche no exterior					X	X		
Defesa da Tese								X

Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Disponível em <http://www.abc.gov.br/>
Acesso em 10/08/2014

ALESINA, A. e DOLLAR, D. – “Who Gives Foreign Aid to Whom and Why?” in *Journal of Economic Growth*, vol. 5 (1), 2000.

ALONSO, M.M. e FERNANDES, A.P. – *ABCD: Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*, Lisboa, Colprinter, 2005.

AYLLÓN PINO, B. La Cooperación de Brasil: un modelo en construcción para una potencia emergente. *Análisis del Real Instituto Elcano*. Madri: Real Instituto Elcano, oct. 2010.

BEARCE, D. H. e TIRONE, D. C. Foreign aid effectiveness and the strategic goals of donor governments, University of Pittsburgh Department of Political Science. Working Paper, 2009.

BECK, N. e J. N. KATZ, ‘What to do (and not to do) with time series cross section data’, *American Political Science Review* Vol. 89, No. 3 (1995).

BERMEO, S. B. *Foreign Aid, Foreign Policy, and Strategic Development*. Dissertation. Princeton University, 2008.

BERMEO S. B.. *Donors and development: the use of sector allocation as a tool in foreign aid policy*. Unpublished manuscript, Princeton University, 2008.

BERTHÉLEMY, J- C. e A. TICHIT, ‘Bilateral donors’ aid allocation decisions– A three-dimensional panel analysis’, *International Review of Economics and Finance* Vol. 13, 2004.

BOONE, P. Politics and the effectiveness of foreign aid, *European Economic Review* 40, 2: 29-329, 1996.

BUENO DE MESQUITA, B. e SMITH, A. Foreign Aid and Policy Concessions, *Journal of Conflict Resolution* 51 (2):251-284, 2007.

CERVO, A. L. e BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. 3. Ed. Editora Universidade de Brasília, 2010, Brasília.

CERVO, A.L. Socializando o Desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil in *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 37 (1), 1994.

CHEIBUB, J. A.; GANDHI, J.; VREELAND, J. R. Democracy and Dictatorship Revisited. *Public Choic*, v. 143, n. 1-2, p.67-101, 2010.

DEGNBOL-MARTINUSSEN, J. e EGBERG-PEDERSEN, P. – *Aid: Understanding International Development Cooperation*, New York, Zed Books, 2004.

ECOSOC. *Background study for the development cooperation forum: trends in south-south and triangular development cooperation*. Nova York: ECOSOC, abr. 2008.

HIRST, M. *Brazil’s renewed responsibilities in cooperation for development and international security*. CENTER ON INTERNATIONAL COOPERATION, New York. 2011.

GANG, I. N. e LEHMAN, J. A. New Directions or Not: USAID in Latin America. *World Development*, 18 (5): 723-32, 1990.

HIRST, M.; LIMA, M. R. S.; PINHEIRO, L. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. *Nueva Sociedad*. Buenos Aires, p. 22-41, dez. 2010.

IPEA. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009*. Brasília: Ipea, dez. 2010.

IPEA. *Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento*. Brasília: Ipea, mar. 2010.

KRAYCHETE, E. e MILANI, C. (orgs.) *Desenvolvimento e Cooperação Internacional*. Salvador: EDUFBA, 2014.

KUZIEMKO, I. e WERKER, E. “How Much is a Seat on the U.N. Security Council Worth? Foreign Aid and Bribery at the United Nations.” *Journal of Political Economy*, 2006.

LANCASTER, C. *Foreign aid: diplomacy, development, domestic politics*. The University of Chicago Press, 2007.

LEITE, I. C. Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. *Observador On-line*, v.7, n. 03 mar. 2012.

LEITE, P. S. *O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LIMA, M.R.S. A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 48 (1), Brasília, 2005.

LIMA, M. R. S.; HIRST, M. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International Affairs*, v. 82, n. 1, p. 21-40, 2006

LOPES, C. – *Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio*, São Paulo, UNESP, 2005.

LOPES, L.L.A. *A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) na Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): O Brasil como doador*. Dissertação de mestrado. Programa Santiagodantas, 2008.

LUMSDAINE, D. H., *Moral vision in international politics: The foreign aid regime, 1949–1989* (Princeton University Press, 1993)

MAGALHÃES, R. N. *Os determinantes da Ajuda externa Brasileira*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2012.

MAIZELS, A. e NISSANKE, M. K. “Motivations for aid to developing countries.” *World Development*, Vol. 12, No. 9, pp. 879-900, 1984.

MALAMUD, A. A Leader without Followers? The Growing Divergence between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy. *Latin American Politics and Society*, vol. 53, n.º 3 p. 1-24. 2011.

MARSHALL, M.; JAGGERS, K.; GURR, T. R. Polity IV Project: Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2010. College Park, MD: University of Maryland, 2011. Disponível em: <http://www.cdicm.umd.edu/inscr/polity/index.htm>.

MASIERO, G. e CASEIRO, L.C. Z. *State Support for Emerging Market .Multinationals: The Brazilian and Chinese experiences*, 2012.

MCGILLIVRAY, M. e OCZKOWSKI, E. Modelling the Allocation of Australian Billateral Aid: Two-part Sample Selection Approach. *Economic Record*, 67: 147-52, 1991.

MCGILLIVRAY, M. e OCZKOWSKI. A Two Sample Selection Model of British Billateral Aid Allocation. *Applied Economics*, 24: 1311-19, 1992.

MCKINLEY, R. D. e LITTLE, R. A Foreign Policy Model of US Billateral Aid Allocation. *World Politics*, 30(1): 58-86, 1977.

MELLO e SOUZA, A. *A cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul: os casos do Brasil, da Índia e da China*. 2012.

MELLO e SOUZA, A. “A Cooperação para o Desenvolvimento Sul-Sul: os casos do Brasil, da Índia e da China”. In: *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 1, jan/mar 2010. Brasília: IPEA, 2010.

MENON, B.P. – *Bridges Across the South: Technical Cooperation Among Developing Countries*, New York, Pergamon Press, 1980.

MILANI, C. *South-South Cooperation and Foreign Policy Agendas: designing a comparative framework*. Artigo apresentado na IPSA, 2012.

MILANI, C. Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. *Estudos internacionais*, v. 1 n. 1 jan-jun, 2013.

MORGENTHAU, H. – Preface to a Political Theory of Foreign Aid in GOLDWIN, R.A. (ed.) – *Why Foreign Aid*, Chicago, Rand McNally, 1971.

NANCI, F. *Cooperação Sul-Sul e Política Externa: um estudo sobre a participação de atores sociais*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais. PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2011.

NYE Jr., J.S. – *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, Public Affairs, New York, 2004.

OLIVEIRA, A. J. S. N. e ONUKI, J. South-South Cooperation and Brazilian Foreign Policy. *Foreign Policy Research Center Journal*, v. 3, p. 80-99, 2012.

PINHEIRO, L. – “Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea”, in *Contexto Internacional*, IRI, PUC, vol.22, - Rio de Janeiro, 2000.

PUENTE, C. A. I. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/MRE, 2010.

SCHAEEDER, P.J. *et al.* – “Clarifying the Foreign Aid Puzzle: A Comparison of American, Japanese, French, and Swedish Aid Flows”, in *World Politics*, vol.50 (2), 1998.

SOARES, G.F.S – “A Cooperação Técnica Internacional” in MARKOVITCH, J. (org.) – *Cooperação Técnica Internacional: Estratégia e Gestão*, São Paulo, Edusp, 1994.

STRANDOW, D.; FINDLEY, M.; NIELSON, D.; POWELL, J. The UCDP-AidData codebook on Geo-referencing Foreign Aid. Version 1.1. Uppsala Conflict Data Program. Uppsala, Sweden: Uppsala University, 2011

STREZHNEV, A.; VOETEN, E. "*United Nations General Assembly Voting Data*", 2012.

TARP, F.; BACH, C. F.; HANSEN, H.; e BAUNSGAARD, S. Danish Aid Policy: Theory and Empirical Evidence. Discussion Paper 98/06. Copenhagen: University of Copenhagen, Institute of Economics, 1998.

THE ECONOMIST. *Brazil's foreign-aid programme: speak softly and carry a blank cheque*. 15 jul. 2010.

THE REALITY OF AID MANAGEMENT COMMITTEE. *South-South Cooperation: a challenge to the aid system?* Quezon City: The Reality of Aid Special Report on South-South Cooperation, 2010.

VALLER FILHO, W. *O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática*. Brasília: FUNAG, 2007.

VELASCO E CRUZ, S. C. e STUART, A. M. Mudando de Rumo: a política externa do governo Lula. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *O Brasil no mundo: ensaios de análise política e prospectiva*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 71-86.

VIANA, S. M. K. *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e interesses organizados: os atores privados na cooperação técnica entre países em desenvolvimento brasileira*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2015.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. *A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação*, 2007.

VREELAND, J. R. Buying Bretton Woods – the swiss-bloc case. *The Review of International Organizations*, 2011.